PROJETO DE LEI Nº , DE 2009
(Da Sra. Marinha Raupp)

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre operações com bicicletas e outros ciclos sem motor e com partes e acessórios de motocicletas e bicicletas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre operações com bicicletas e outros ciclos sem motor e com partes e acessórios de motocicletas e bicicletas.

Art. 2º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta da venda, no mercado interno, dos produtos classificados nas posições 87.12 (bicicletas e outros ciclos, incluídos os triciclos, sem motor), 8714.1 (partes e acessórios de motocicletas, incluídos os ciclomotores) e 8714.9 (outras partes e acessórios de veículos das posições 87.11 a 87.13), todas da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o Poder Executivo reduziu a tributação para vários setores da indústria, incentivando a produção e comercialização de automóveis, motos e caminhões novos, eletrodomésticos da chamada “linha branca” e materiais para construção. Contudo, deixou de fora um setor que emprega e, ao mesmo tempo, reúne uma grande quantidade de trabalhadores de baixa renda: o ramo de bicicletas e de peças e acessórios para bicicletas e motocicletas.

Hoje, o Brasil conta com uma frota de mais de 11 milhões de motocicletas, sendo que, entre essas, quase 2,5 milhões são utilizadas por profissionais que delas dependem para seu sustento e de sua família. Esses trabalhadores circulam, em média, 300 Km por dia, o que provoca um desgaste bem rápido das peças e acessórios de seus veículos.

Além disso, é cada vez maior o número de brasileiros que usam a bicicleta como meio de transporte ou como instrumento para a prática de atividade física, o que traz inúmeros benefícios para a saúde da população brasileira.

Daí a importância do projeto ora apresentado. Com a redução da tributação que incide sobre os veículos sobreditos, os custos de aquisição e manutenção desses produtos diminuirá, tornando mais ampla a sua utilização. Dessa forma, as medidas contribuirão para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Tendo em vista os relevantes interesses de que se reveste esta proposição, espero contar com o apoio dos nobres Pares do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputada MARINHA RAUPP